

sumário

ECONÔMICO



Confederação Nacional do Comércio
de Bens, Serviços e Turismo

Ano XXXVI – Nº 1.542
31 de agosto de 2018

Frustração de expectativas e cenário de incertezas levaram varejo a abrir apenas 2,2 mil lojas no primeiro semestre

Apesar do maior saldo semestral desde a segunda metade de 2013 (+16,7 mil lojas), a diferença entre aberturas e fechamentos de estabelecimentos comerciais expôs a perda de fôlego da economia e as incertezas quanto à materialização de investimentos por parte do setor. A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) revisou de +20,7 mil para +5,2 mil a expectativa de abertura de estabelecimentos com vínculos empregatícios em 2018.

Pelo segundo semestre consecutivo, o número de lojas com vínculos empregatícios no varejo brasileiro registrou aumento. O saldo entre aberturas e fechamentos de estabelecimentos comerciais geradores de postos de trabalho, que havia ficado praticamente zerado na segunda metade do ano passado (+218 unidades), voltou a crescer entre janeiro e junho deste ano ao contabilizar um incremento de 2.252 lojas.

Apesar do saldo positivo de lojas ao longo do primeiro semestre do ano,

o ritmo de expansão do número de pontos de venda pode ser considerado tão frustrante quanto a percepção de desaceleração no ritmo de atividade econômica.

Além das paralisações ocorridas no terceiro bimestre, o ritmo fraco do mercado de trabalho, a desvalorização do real, as pressões de custos impostas pelo ritmo mais acelerado de preços administrados e, principalmente, a elevada incerteza decorrente da indefinição do cenário político podem ser apontados como os principais fatores inibidores de investimentos e, consequentemente, responsáveis pelo fraco ritmo de abertura de lojas verificado ao longo da primeira metade do ano.

A crise no varejo brasileiro teve início em 2014, quando as vendas encolheram pela primeira vez em 11 anos (-1,7% em relação ao ano anterior, de acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE). Nos dois anos seguintes, o quadro se agravou, com o comércio apurando perdas reais de

faturamento de 8,6% e 8,7% em 2015 e 2016, respectivamente. Assim, o setor acumulou retração de 20% no volume de vendas naqueles três anos.

Naturalmente, o saldo entre aberturas e fechamentos de estabelecimentos acompanhou, com alguma defasagem, a tendência de retração nas vendas, especialmente nos anos de 2015 e 2016 e no primeiro semestre do ano passado, quando o setor acumulou a perda de 226,7 mil pontos de vendas em todo o País.

Dentre os principais segmentos, os hiper e supermercados se destacaram positivamente em números absolutos (+1.378), seguidos pelas lojas de artigos de uso pessoal e doméstico (+841) e pelo ramo de vestuário (+782). Cabe ressaltar que a abertura de lojas ocorreu em seis dos dez segmentos do varejo. Por outro lado, estabelecimentos especializados na venda de materiais

(Cont. na pág. 2)

(Cont. da pág. 1)

de construção foram os que mais fecharam as portas no semestre (-915).

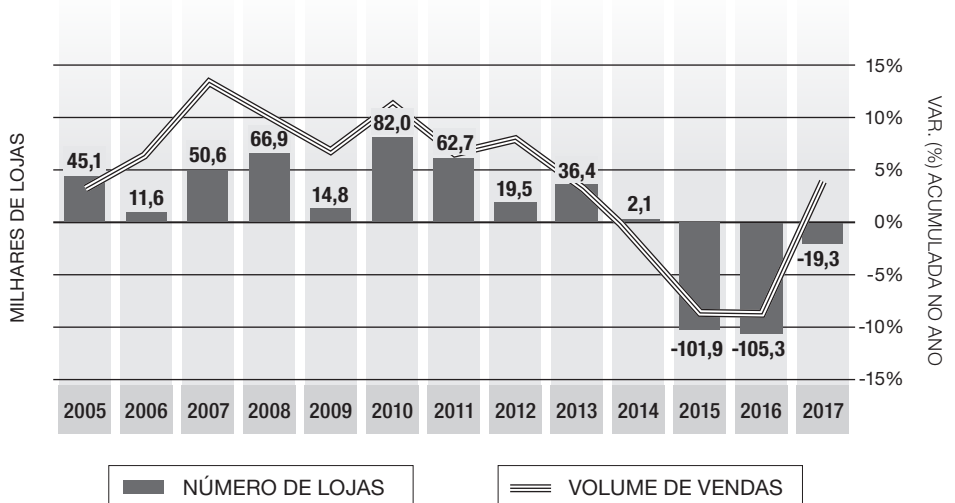
Regionalmente, a abertura de novos pontos de vendas se difundiu por 11 das 27 unidades da Federação, com destaque para os estados de São Paulo (+2.468), Santa Catarina (+852) e Minas Gerais (+340). Por outro lado, o Rio de Janeiro (-1.038) foi responsável por 45% dos fechamentos entre as unidades da Federação que registraram saldos negativos.

Diante do atual quadro caracterizado de lentidão no processo de recuperação econômica e de cautela nos investimentos, a CNC reduziu sua previsão anterior de +20,7 mil pontos de venda no varejo brasileiro para +5,2 mil lojas ao final deste ano. A entidade projeta ainda alta de 4,7% no volume de vendas do setor. ■

GRÁFICO

ABERTURA LÍQUIDA DE LOJAS COM VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS E VOLUME DE VENDAS NO VAREJO

(Milhares de lojas e variações % em relação ao ano anterior)



Fonte: IBGE e CNC

Melhorando as exportações por meio dos transportes – Enaex 2018

No Encontro Nacional de Comércio Exterior (Enaex) de 2018, do dia 16 de agosto, os meios de transporte foram abordados em dois momentos: em primeiro, no pronunciamento feito pelo secretário de Política e Integração do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Carlos Barros; e, em segundo, no sexto painel do Enaex, “Fatores para ampliar eficiência em transportes, reduzir custos de logística e elevar competitividade”.

O tema do pronunciamento foi “Melhorar a logística de transportes é viabilizar a expansão das exportações”. Nele, o secretário disse que o Estado deve ter que compreender melhor a logística da importação e da exportação para poder oferecer à iniciativa privada a infraestrutura necessária para atender o transporte de bens das atividades voltadas ao comércio exterior.

Os produtos mais importantes para a economia nacional, como a soja, o milho, o açúcar e o minério de ferro, devem ser priorizados e ter rotas táticas preparadas.

Para isso, as políticas públicas devem avançar nos projetos que podem beneficiar a logística de entrada e saída de mercadorias. O custo do Brasil com logística apresenta-se alto, enquanto nos países concorrentes é bem menor. Uma forma de se conseguir melhorar o escoamento dos bens é migrando do transporte rodoviário para o ferroviário, por exemplo, que é mais eficaz. Outro aprimoramento que se pode fazer seria através das concessões, unindo interesses públicos e privados.

No sexto painel do Enaex, o primeiro a se pronunciar foi o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Sua fala centrou na falta de carreira de gestão nas agências, porque a cada mudança política geralmente muda-se o gestor e a agência perde eficiência, pois se leva um tempo para se adaptar ao novo cargo. O diretor também chamou a atenção para a tributação complexa do País, que inibe os investimentos e causa insegurança jurídica. Uma solução para o problema seria a redução da burocracia e o estabelecimento de regulamentação adequada

visando dar eficiência e transparência a fim de que se criasse confiança.

O diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários argumentou que os desafios do setor são muitos, como regulação e infraestrutura operacional, pois se precisa de uma malha ferroviária eficiente que consiga retirar os produtos do porto e levar ao destino, sem os atuais transtornos. Também citou a falta de qualificação na área portuária, uma vez que se necessita de maior treinamento da mão de obra.

Já o diretor-executivo do Centro Nacional de Navegação Transatlântica discursou sobre a indústria naval, considerando que o Brasil investe pouco em navios e, por isso, precisa contratar os de parceiros internacionais. Além disso, o diretor chamou a atenção para o fato de muitos navios (nacionais ou estrangeiros) preferirem não abastecer no Brasil, seja pela grande distância dos postos, seja pela qualidade inferior do combustível. Nesse caso, o País acaba descartando a possibilidade de vender mais esse produto energético. ■

Intenção de Consumo das Famílias volta a subir

A Intenção de Consumo das Famílias (ICF) de agosto cresceu 0,6%, leve alta depois da retração de julho (-1,8%) e da queda em junho (-0,5%). Também mostrou que os efeitos da greve dos caminhoneiros foram parcialmente compensados.

Depois do pessimismo de julho, quatro subíndices do ICF registraram crescimento, com destaque para o nível de consumo atual (+3,4%) e a perspectiva de consumo (+1,8%). A situação sugeriu que o susto das famílias com a greve dos caminhoneiros vai ficando para trás na medida em que os preços foram se acomodando nas semanas seguintes.

As percepções negativas quanto ao emprego (-0,4%) e à perspectiva profissional (-0,8%) apontaram o maior receio diante da incapacidade de a economia voltar a crescer e de gerar postos de trabalho de forma mais significativa.

As famílias do Sudeste (+1,4%) e Centro-Oeste (+1,0%) revelaram as maiores

intenções de consumo. As do Sudeste registraram o menor nível de satisfação, abaixo dos 100 pontos. Em contrapartida, as famílias no Norte foram as únicas a manifestar recuo (-3,2%). Na comparação com agosto do ano passado, as intenções de compra foram mais elevadas no Norte (+16,0) e no Sudeste (+12,1%).

A alta mensal do subíndice renda atual (+0,3%) deveu-se ao arrefecimento do processo inflacionário. Com isso, o nível deste ano é 9,2% maior do que no mesmo período de 2017.

Para 29,8% das famílias entrevistadas, a situação corrente da renda familiar se encontrou mais favorável, enquanto 30,6% consideraram que houve corrosão do orçamento. Um ano atrás, a percepção quanto à deterioração da renda era maior (36,2%).

O sentimento de que os preços já não sobem com tanta intensidade assume, portanto, tendência semelhante àquela apurada após efeitos da greve dos caminhoneiros pelos mais diversos índices de

inflação. O IGP-10 da Fundação Getúlio Vargas (FGV), por exemplo, desacelerou de 0,93% em julho para 0,51% em agosto.

O crescimento de +3,4% do indicador nível de consumo atual destacou-se dentre os demais subindicadores porque as famílias revelaram estar em melhores condições em agosto do que em julho. O ICF também foi puxado pela perspectiva de consumo (+1,8%), depois das quedas de julho (-3,9%) e junho (-2,5%). O patamar do ICF de agosto (85,6) reporta ao nível de pontos observado entre janeiro e fevereiro. Além disso, cria tendência positiva depois de duas reduções.

Com o fraco crescimento da economia e as dificuldades de reação do mercado de trabalho, a CNC *adoçou* mais uma vez a projeção das vendas do comércio varejista deste ano, de 4,8% para 4,5%; assim como também a estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB) – agora variação de 1,6%, antes 1,8%. Já a geração de postos de trabalho espera 500 mil novas vagas, revertendo o dado negativo do ano passado (-21 mil). ■

Processo de aprendizagem para idosos

APNAD Contínua foi implantada, experimentalmente, em outubro de 2011 e, a partir de janeiro de 2012, em caráter definitivo. Uma vez por ano, exceto quando ocorre o censo, é ela a principal fonte de informações econômicas e sociais do País. A partir de 2015, contudo, informações da PNAD sobre o mercado de trabalho começaram a ser divulgadas em base mensal, substituindo a antiga Pesquisa Mensal do Emprego (PME), no que passou a ser conhecida como PNAD Contínua, cuja série se inicia em março de 2012.

Ao contrário da PME, cujas informações cobriam seis regiões metropolitanas do País, a PNAD investiga perto de 215 mil domicílios distribuídos em cerca de 3.500 municípios, oferecendo, assim, uma visão muito mais ampla do mercado de trabalho brasileiro.

Além da dimensão geográfica, a PNAD usa também uma definição distinta da População em Idade Ativa (PIA) – com idade para trabalhar.

Segundo a PNAD, em 2017, o País superou a marca de 30 milhões de idosos. A previsão é de que, em 2042, a população brasileira atinja 232,5 milhões de habitantes, sendo 57 milhões de idosos (24,5%).

Com a inversão na pirâmide social, já que até 2030 teremos mais idosos do que crianças de zero a 14 anos, a presença de pessoas com mais idade no mercado de trabalho e nas instituições de ensino tende a ser cada vez maior.

De acordo com o censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) de 2016, dos mais de oito milhões de matriculados em cursos de graduação, presenciais e a distância (EAD), aproximadamente 25 mil têm 60 anos de idade ou mais.

Com o crescente número de idosos, o mercado de trabalho e as instituições de ensino necessitam de ajustes para atender ao novo cenário. O EAD pode contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas da terceira idade, colaborando assim para quebrar muitos dos paradigmas que ainda estão presentes na sociedade brasileira sobre as possibilidades de desenvolvimento pessoal e até mesmo profissional das pessoas incluídas nessa faixa etária.

Nesse contexto, é importante discutir o papel da universidade e os programas oferecidos para o aprendizado dos idosos que deveriam ter currículos mais

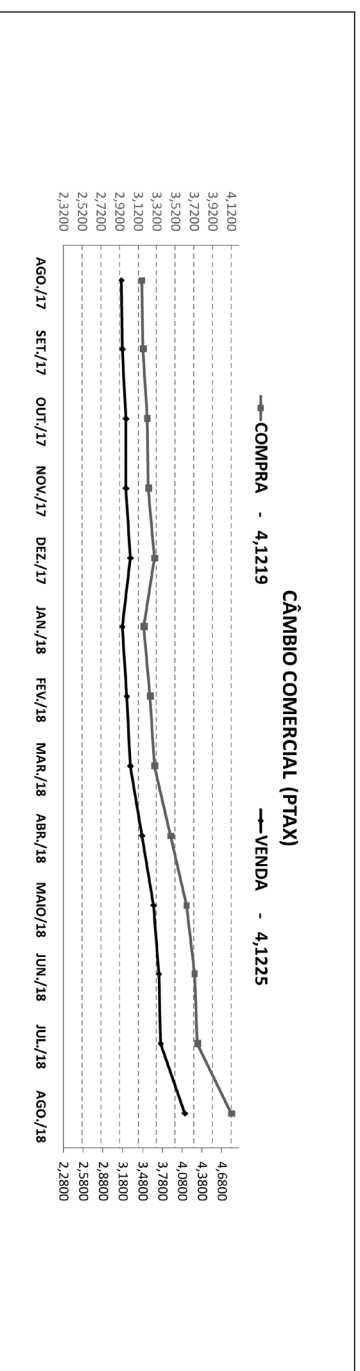
flexíveis e adaptáveis à sua realidade. Por conseguinte, é fundamental adicionar-se o EAD, que nos dias de hoje é uma opção facilitadora no cenário da educação continuada, aos programas de capacitação para idosos.

Segundo a presidente do Departamento de Gerontologia da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), Cláudia Fló, exercitar a mente faz bem em qualquer idade e, para os idosos, é importantíssimo se manterem ativos, especialmente, em atividades intelectuais.

Felizmente, a maioria das pessoas está se conscientizando que o envelhecimento saudável é a regra, e elas vivem de forma independente, gozando de razoável saúde física e mental, em contato com os seus familiares e a sociedade. Essa forma de envelhecer está vinculada ao modo de vida pregressa do indivíduo: quanto mais ativo e dinâmico foi no passado, tanto mais criativo, generoso, participante nas atividades da comunidade e com investimentos emocionais em diversas áreas será o seu futuro e terá um envelhecimento saudável preservando suas funções vitais. ■

Indicadores Econômicos

| DISCRIMINAÇÃO | MAIO - 2018 | JUNHO - 2018 | JULHO - 2018 | VARIACÃO PERCENTUAL | (%) Acumulado no ano | VARIACÃO PERCENTUAL | (%) Últimos 12 meses |
|------------------|-------------|--------------|--------------|---------------------|----------------------|---------------------|----------------------|
| IPCA (%) (IBGE) | 0,40 | 1,26 | 0,33 | IPCA (IBGE) | 2,94 | IPCA (IBGE) | 4,48 |
| INPC (%) (IBGE) | 0,43 | 1,43 | 0,25 | INPC (IBGE) | 2,83 | INPC (IBGE) | 3,61 |
| IGP-M (%) (FGV) | 1,38 | 1,87 | 0,51 | IGP-M (FGV) | 5,92 | IGP-M (FGV) | 8,59 |
| IGP-DI (%) (FGV) | 1,64 | 1,48 | 0,44 | IGP-DI (FGV) | 5,92 | IGP-DI (FGV) | 7,79 |
| IPC Fiipe | 0,19 | 1,01 | 0,23 | IPC Fiipe | 2,76 | IPC Fiipe | 1,46 |



| CALENDÁRIO DE INDICADORES ECONÔMICOS | | |
|--------------------------------------|-------------------------------|---------|
| Agosto de 2018 | | |
| Dia | Indicador/Pesquisa | Fonte |
| 29 | Notimp - Política Monetária | BC |
| 29 | Sondagem de Serviços | FGV |
| 29 | Incerteza da Economia | FGV |
| 30 | PNAD | IBGE |
| 30 | Resultado do Tesouro Nacional | Tesouro |
| 30 | ICE | FGV |
| 30 | IGP-M | FGV |
| 31 | Notimp - Política Fiscal | BC |
| 31 | CNT | IBGE |

| EVOLUÇÃO DO EMPREGO | | | | | | |
|---|------------------|-------------|-------------------|-------------|-----------------------|-------------|
| Julho de 2018 | Mensal | | Acumulado do Ano | | Acumulado em 12 meses | |
| | Saldo | % | Saldo | % | Saldo | % |
| Brasil | 47.319,00 | 0,12 | 448.263,00 | 1,18 | 286.121,00 | 0,75 |
| Extrativa Mineral | 702 | 0,37 | 1.895 | 1 | -2.480 | -1,28 |
| Indústria de Transformação | 4.993 | 0,07 | 80.559 | 1,12 | 15.393 | 0,21 |
| Serviços Industriais de Utilidade Pública | 1.335 | 0,33 | 7.694 | 1,91 | 3.142 | 0,77 |
| Construção Civil | 10.063 | 0,49 | 52.194 | 2,6 | -23.038 | -1,1 |
| Comércio | -249 | 0 | -93.962 | -1,04 | 55.660 | 0,63 |
| Serviços | 14.548 | 0,09 | 298.457 | 1,78 | 248.481 | 1,48 |
| Administração Pública | -1.528 | -0,19 | 12.167 | 1,57 | -7.328 | -0,93 |

Fonte: Caged

Sumário Econômico

Publicação Semanal - Nº 1.542 - Agosto 2018

Presidente: Antonio Oliveira Santos
 Vice-presidentes: 1º - Josias Silva de Albuquerque, 2º - José Evaristo dos Santos, 3º - Laércio José de Oliveira. Abram Szajman, Adelnir Araújo Santana, Carlos de Souza Andrade, José Marconi Medeiros de Souza, José Roberto Tadros, Lázaro Luiz Gonzaga, Luiz Carlos Bohn e Luiz Gastão Bittencourt da Silva. Vice-presidente Administrativo: Darci Piana. Vice-presidente Financeiro: Luiz Gil Siffrio Pereira. Diretores: Aldo Carlos de Moura Gonçalves, Alexandre Sampaio de Abreu, Ari Faria Bittencourt, Bruno Braithaupt, Carlos Fernando Amaral, Daniel Mansano, Edison Ferreira de Araújo, Eliezir Viarbhino da Silva, Eudylides Carli, Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante, Itelvino Pisoni, José Azeiro da Silva, José Lino Sepulcri, Leandro Domingos Teixeira Pinto, Marcelo Fernandes de Queiroz, Marco Aurélio Sproverri Rodrigues, Paulo Sérgio Ribeiro, Pedro José Maria Fernandes Wähmann, Ramley Araújo Coelho, Sebastião de Oliveira Campos e Wilton Malta de Almeida. Conselho Fiscal: Domingos Tavares de Souza, José Aparecido da Costa Freire e Valdemir Alves do Nascimento.

Editor Responsável: Fabio Gomes Morand Bantes (Divisão Econômica) | Produção: Divisão Econômica
 Contenderação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - Av. General Justo, 307 - CEP 20021-130 - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (21) 3804-9200 - Fax: (21) 2524-7111 - Website: www.cnc.org.br - E-mail: de@cnc.org.br
 Projeto gráfico e diagramação: Assom/Programação Visual
 Revisão: Alessandra Volkert

As últimas edições desta publicação estão disponíveis na íntegra no endereço www.cnc.org.br, no link Central do Conhecimento - Periódicos (Economia).